

O TRABALHO COMO CENTRALIDADE DO METABOLISMO HUMANIDADE-NATUREZA: UMA ANÁLISE CRÍTICA E DECOLONIAL

**LABOR AS THE CENTRALITY OF THE HUMANITY-NATURE METABOLISM: A
CRITICAL AND DECOLONIAL ANALYSIS**

Ciências Sociais Aplicadas • 29/08/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/787458850](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/787458850)

Nayana Carneiro Caetano Rocha Lima¹

Maria Conceição Sarmento Padial Machado²

RESUMO

O texto consiste na reelaboração de parte de uma dissertação de mestrado sobre as condições objetivas e subjetivas da questão ambiental no município de Goiás (GO), em uma perspectiva crítica e decolonial. Destaca o trabalho como categoria ontológica inerente à existência humana e componente central do metabolismo humanidade-natureza, problematizando sua mediação histórica pelas relações capitalistas e coloniais. Analisa como a colonialidade do poder, do saber e do ser atravessa as formas de apropriação da natureza, do território e do trabalho, produzindo uma ruptura subjetiva do metabolismo humanidade-natureza, embora sua unidade objetiva seja incontornável. Ao articular fundamentos marxianos e perspectivas decoloniais e contracoloniais, o texto problematiza os limites do desenvolvimento sustentável e aproxima a ecologia política de alternativas biocêntricas e do bem viver.

Palavras-chave: Questão ambiental; Trabalho; Metabolismo humanidade-natureza; Colonialidade; Decolonialidade.

ABSTRACT

The text consists of the reworking of part of a master's thesis on the objective and subjective conditions of the environmental issue in the municipality of Goiás (GO), from a critical and decolonial perspective. It highlights labor as an ontological category inherent to human existence and a central component of the humanity-nature metabolism, problematizing its historical mediation through capitalist and colonial relations. It analyzes how the coloniality of power, knowledge, and being permeates the forms of appropriation of nature, territory, and labor, producing a subjective rupture of the humanity-nature metabolism, although its objective unity is inescapable. By articulating Marxian foundations with decolonial and counter-colonial perspectives, the text problematizes the limits

of sustainable development and brings political ecology closer to biocentric alternatives and *bem viver* (good living).

Keywords: Environmental issue; Labor; Humanity-nature metabolism; Coloniality; Decoloniality.

APRESENTAÇÃO

O presente artigo discute a centralidade do metabolismo humanidade-natureza no trabalho ao passo que problematiza a colonialidade como potencializadora de novas formas de exploração. Revisa a ideia de uma ecologia política na qual a natureza é ontologicamente prioritária diante a existência humana, ademais, problematiza a ruptura subjetiva do metabolismo humanidade-natureza.

Assim, para situar análises sobre essa temática, apresenta-se aqui o entendimento de que a questão ambiental requer enfrentamentos de dominações epistemológicas perpetuadoras da colonialidade do saber e do poder, que impactam nas formas de vida. A perspectiva decolonial adotada compreende a colonialidade como uma matriz de poder que ultrapassa o período histórico do colonialismo e permanece operando na produção de hierarquias, saberes, sujeitos, territórios e modos de existência. Nesse sentido, a decolonialidade não é tomada apenas como chave interpretativa, mas como perspectiva crítica capaz de interrogar as estruturas que naturalizam determinadas formas de produzir, conhecer e relacionar-se com a natureza (WALSH, 2009; QUIJANO, 2000). A problemática de pesquisa é enfrentada por meio da revisão bibliográfica de estudos críticos da ontologia e teleologia do trabalho, da colonialidade e de teorias críticas do desenvolvimento globalmente referenciado.

As categorias trabalho, natureza e humanidade são determinantes da formação, existência e sobrevivência do ser social. Diante do contexto político, econômico e cultural, o debate sobre essas categorias poderia se diluir diante da complexidade do tecido social, isto posto, nesta produção textual, o objetivo é destacar o trabalho como categoria ontológica inerente à existência humana e componente da totalidade humanidade-natureza.

A humanidade é problematizada como a própria existência humana permeada pelas relações naturais-sociais-políticas em sua diversidade, complexidade e contradições. Aqui, o ambiente é mais que um “meio” ou um “*lócus*” da humanidade, é parte incorporada à sua existência, e, assim como a humanidade, integra a natureza. Concomitantemente a uma organicidade e pretensa harmonia no metabolismo humanidade-natureza, há uma dominação planejada por parte da humanidade, que objetivamente não acontece, e uma contra reação natural por parte da natureza pela intencional degradação do ambiente. Tanto são esgotados elementos essenciais à perpetuação da vida humana na Terra, quanto é alterado o seu ciclo natural e desencadeados desastres catastróficos.

A opção por uma abordagem crítica e decolonial se dá na inferência preciosa que esta metodologia favorece ao se refletir sobre o metabolismo humanidade-natureza de forma complexa e não economicista. Ao passo de partir de princípios ontológicos do trabalho e do próprio ser social, adentra temas confluentes à problematização da humanidade e natureza como um metabolismo que se orchestra pelo trabalho e suas transformações teleológicas no correr da história. Foram consultadas investigações e/ou publicações na virada da presente década, entre os anos de 2019 e

2024, para este estudo crítico qualitativo que prioriza produzir conhecimento alinhado a epistemologias do sul global.

A discussão do trabalho como categoria ontológica do ser social é o que inicia o artigo, a partir daí discorre sobre as relações propiciadas pelo trabalho à humanidade que perpassa pela forma de socializar dos meios de produção. Independentemente das especificidades temporais ou fase do processo de acumulação. Deste modo, o trabalho remonta às raízes do ser social.

Seguindo, problematiza a colonialidade e suas inferências na questão ambiental apresentando a ecologia política como tentativa de conciliar o modo de produção capitalista com a preservação ambiental em uma lógica distante da economicista e tecnicista voltada para os interesses do mercado e não da inclusão social. Em um afã de contraponto, é trazido o bem viver como emergente conceito propiciador de mudanças nos âmbitos da realidade social concreta uma vez que pode fundamentar políticas que atendam, de fato, demandas por reconhecimento e reparação histórica livrando o metabolismo humanidade-natureza do autoextermínio.

TRABALHO COMO CATEGORIA ONTOLÓGICA DO SER SOCIAL

O trabalho, em sua concepção ontológica, é a categoria fundante do ser social e envolve a interação entre a natureza humana e o ambiente natural para atender as necessidades de sobrevivência. Ao se fundar sob os parâmetros do modo de produção capitalista, as pessoas se distanciam da consciência de sua dependência em relação à natureza e de sua própria condição de humanidade. Pessoas se tornam sociedade que se produz e reproduz condicionada às formas de vida na lógica produtivista capitalista que

devasta o ambiente em um ritmo acelerado. Ao mesmo tempo, as relações de trabalho se tornam cada vez mais precarizadas e o metabolismo humanidade-natureza fadado à ruptura subjetiva.

O trabalho como condição fundante do ser e da realidade social, no processo de efetivação do modo de produção capitalista, é reificado com a finalidade de produção da mais-valia para atender às necessidades de acumulação – desde a acumulação primitiva à decorrente do capitalismo financeiro – em detrimento das necessidades humanas, menos ainda importando com as necessidades da natureza, sequer há o reconhecimento de que as tenha.

Foge ainda da força do trabalho a motricidade da própria reprodução social, que passa a ser do que chamamos mercado, mediado pela oferta, procura e, mais recentemente, pela especulação financeira.

O trabalho assume uma dupla determinação como trabalho útil-concreto, destinado puramente às necessidades humanas; e como trabalho abstrato, próprio do capitalismo, cujo valor de troca é destinado à acumulação da mais-valia e da reprodução do próprio capital. O trabalho é, primeiramente, idealizado a partir da realidade concreta, depois, materializa-se em uma nova realidade. Anterior ao processo de transformação da matéria bruta ou natural³, existe a concepção de um objetivo, de uma finalidade que mulheres e homens sabem que determinam (MARX, 2008). Quando desprovido desta teleologia, essa categoria adquire um caráter inconsciente ou alienado que recai sobre a produção e reprodução social de sua própria existência na realidade concreta.

Enquanto condição para a vida humana, além de essência do ser social, o trabalho possibilita a crescente diferenciação e quiçá distanciamento em relação à natureza, a partir do aprimoramento de técnicas e instrumentos para transformá-la. Assim, necessidades passam a ser geradas pelas sucessivas “descobertas” e novas potencialidades de transformar a natureza em bens necessários ao que se considera desenvolvimento (ESTEVA, 1996), gerando o processo de obsolescência programada.

O trabalho permeia a relação da humanidade⁴ com a natureza e por meio dele os corpos humanos mobilizam sua força para atuar sobre a matéria natural, atendendo a uma finalidade previamente estabelecida de transformá-la. Sendo assim, não só a natureza externa é transformada, mas também sua própria natureza.

O trabalho ontologicamente, consubstanciada em Lukács (2013), manifesta-se como consequência teleológica de um sujeito e como um “órgão” do metabolismo entre ser humano e natureza que transcende em uma inter-relação dominante entre humanidade e natureza, constituindo novas categorias e referências para a práxis social.

As pessoas são indivíduos naturais e a primeira condição objetiva do trabalho é também a natureza, seus próprios corpos, a terra enquanto seus corpos orgânicos, outros elementos naturais necessários a algum ofício. As condições originais do trabalho não podem, inicialmente, ser elas próprias produzidas pela humanidade.

A apropriação da terra, uma das condições originárias do trabalho para além da humanidade, se efetivou por meio de conquistas. Um grupo social demarcava uma determinada região como seu

território de caça, pastoreio, pastagem, coleta ou cultivo e o mantinha pela força empenhada contra outros grupos, havia expulsão caso aquele território fosse reclamado por um grupo ainda mais forte em uma espécie de seleção natural.

A propriedade da terra, referenciada em Marx (2015), era conquistada por meio da guerra na defesa e na conquista de novos espaços e incluía também seus produtos orgânicos. Tanto os meios de produção como os próprios indivíduos fundaram a escravidão e a servidão, tendo como base a propriedade tribal. Com a apropriação dos territórios por meio da colonização, a degradação e a transformação desencadeadas nas comunidades originais⁵ passam a ter um novo fundamento para sua realidade social, incluindo sua relação com a natureza.

Dito isto, em determinadas formações sociais anteriores à consolidação do capitalismo moderno e à expansão colonial europeia, diferentes comunidades estabeleceram relações de uso e apropriação da terra que não correspondiam à forma capitalista de propriedade privada dos meios de produção. Nessas experiências, as relações de pertencimento, uso e reprodução da vida assumiam configurações diversas, muitas vezes vinculadas à comunidade e às condições coletivas de existência. Por isso, é necessário evitar uma generalização das experiências históricas como se todas as sociedades anteriores ao capitalismo apresentassem uma mesma forma de relação com a propriedade e com a natureza.

A propriedade, nessas diferentes formações sociais, era determinada pelas condições objetivas de produção ou trabalho e pelas formas históricas de pertencimento à comunidade. A transformação dessas determinações resulta de processos históricos nos quais o

desenvolvimento das forças produtivas, a divisão social do trabalho e as formas de apropriação da riqueza alteraram as relações entre produtores, meios de produção e território. Engels (2019), ao analisar a formação histórica da família, da propriedade privada e do Estado, também evidencia a necessidade de compreender essas instituições como construções históricas, e não como dados naturais e imutáveis. Essa historicidade permite compreender a propriedade privada capitalista como uma forma social específica de apropriação, distinta de outras formas historicamente constituídas de uso e pertencimento.

No contexto do capitalismo, o trabalho é reificado para a produção de mais-valia, resultando em uma dupla determinação: útil-concreto e abstrato. Nas sociedades pré-capitalistas, a propriedade da terra era determinada pelas condições de produção e pertencimento a uma tribo, enquanto a vida humana era integrada à natureza. Com isso, as relações econômicas baseadas na propriedade tribal foram suplantadas por um novo modelo produtivo que substituiu o “trabalhadoras proprietárias e trabalhadores proprietários” por “trabalhadoras e trabalhadores livre”.

Ao ser instituída e generalizada a propriedade privada dos meios de produção, intensificou-se a separação entre os produtores e as condições objetivas do trabalho. Esse processo, articulado às novas condições de produção possibilitadas pela expansão colonial e pela formação do mercado mundial, contribuiu para a ruptura subjetiva do metabolismo humanidade-natureza, em que pese sua ruptura objetiva ser radicalmente impossível: a humanidade permanece sendo natureza e depende de suas condições materiais de reprodução.

Se, em Marx e Lukács, o trabalho constitui mediação fundamental entre o ser social e a natureza, a perspectiva decolonial permite evidenciar que essa mediação não se realiza de forma homogênea. No capitalismo, especialmente em sociedades constituídas pela experiência colonial, a relação com a natureza e com o trabalho é atravessada por hierarquias de poder, racialização, expropriação territorial e subalternização de saberes. A colonialidade, portanto, não substitui a determinação das relações sociais capitalistas, mas evidencia uma dimensão histórica e geopolítica de sua realização. Desse modo, a exploração da força de trabalho e a apropriação da natureza devem ser analisadas em sua articulação, considerando que territórios e corpos historicamente subordinados são convertidos em espaços privilegiados de extração, produção e descarte.

A ruptura subjetiva aqui mencionada refere-se, portanto, à produção social de uma consciência que naturaliza a separação entre humanidade e natureza. A mercantilização da terra, a abstração do trabalho, a racionalidade produtivista e a hierarquização colonial dos saberes contribuem para que a natureza seja percebida prioritariamente como recurso externo e disponível. A unidade objetiva do metabolismo, entretanto, permanece: a produção social continua dependente dos ciclos, matérias e condições ecológicas que o próprio processo de acumulação tende a degradar.

MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA E QUESTÃO AMBIENTAL BRASILEIRA NA PERSPECTIVA DECOLONIAL

A ação humana desprovida de consciência ecológica tem provocado a devastação ambiental. As perspectivas produtivistas, pautadas no desenvolvimentismo afiançado no modo de produção capitalista,

implicam na degradação da natureza. Debates sobre a questão ambiental⁶ têm se popularizado, sobretudo a partir do final da década de 1960, marcada pela crise do petróleo que impactou a economia mundial e evidenciou que os recursos naturais são esgotáveis. Temos então o emergir do pensamento na esfera da ecologia política como tentativa de conciliar o modo de produção capitalista com a preservação ambiental.

Em uma ecologia política que se preze como espaço do entendimento de que a natureza é ontologicamente prioritária em relação à existência humana ainda está inserida em uma lógica antropocêntrica, além de antropogênica (FOLADORI, 2001; 2005). Enfrentar a questão ambiental refere-se ao entendimento de que o planeta impõe um limite, é incapaz de prover, indefinidamente, os recursos necessários à reprodução das formas de vida inseridas neste acelerado nível de consumo capitalista (SILVA, 2010). O modo de produção precisa, em realidade, é ser compatível com a capacidade de suporte e de regeneração da natureza, incluída nela a humanidade.

O modo de produção capitalista beneficia-se de mecanismos de perpetuação da expropriação dos recursos naturais, legitimando-se, em sua fase de acumulação primitiva, em especial, por meio da supremacia político-militar dos Estados colonizadores. A colonialidade vigora na apropriação da natureza e resulta de estratégias econômico-instrumentais globalizadas de exploração do ambiente e tudo que o integra, fortalecendo-se nas novas formas de exploração do trabalho e impossibilitando a sobrevivência do metabolismo humanidade-natureza. Eis o autoextermínio do mesmo por meio das formas de vida predominantes que

desenvolveu a humanidade, alicerçadas no consumo e obsolescência programada ininterruptos e vorazes.

O colonialismo histórico-político vigente até meados do século XX foi elemento indispensável para o desenvolvimento capitalista. Ao abstrair da natureza os recursos, o espaço ou territórios, o desenvolvimento histórico da sociedade moderna e do capitalismo aparece como um processo interno e autogerado da sociedade europeia, que posteriormente se expande para regiões consideradas “atrasadas” (LANDER, 2006).

Essa permanência da colonialidade pode ser compreendida, com Quijano (2000), como parte de um padrão de poder constituído junto à modernidade capitalista, no qual a classificação social da população e o eurocentrismo organizam dimensões econômicas, políticas e epistemológicas. A contribuição de Walsh (2009) amplia essa leitura ao compreender a decolonialidade como horizonte de transformação das estruturas e relações que reproduzem a subalternização, tornando possível aproximar a crítica da colonialidade das disputas concretas por território, saber e formas de vida.

Na construção eurocêntrica, desaparece do campo de visão o colonialismo como dimensão constitutiva das experiências históricas nas sociedades que foram massacradas pela passagem deste período e suas práticas que arrombaram as fronteiras de todo um novo mundo diverso. O colonialismo violentamente o possuiu como bem entendeu. Sem o menor respeito às suas particularidades, muito menos preferências, no que diz respeito a seus hábitos socioculturais ou suas formas de vida. Segue vivo como colonialidade.

A problematização da colonialidade⁷ como continuidade da estrutura de poder colonial e, portanto, de dominação estrangeira da natureza brasileira, parte do entendimento de que o término das administrações coloniais e a emergência do Estado-Nação não significa seu fim, provocando necessários movimentos teórico-políticos de contraposição que podem ser decoloniais, anticoloniais ou contracoloniais.

A própria construção do Estado brasileiro é hegemonicamente balizada pelo eurocentrismo⁸ ao constituir-se (e permanecer) como periferia⁹ do modo de produção capitalista, consolidando uma colonialidade – do saber, do poder e do ser – pulverizada pela expansão do modo de produção capitalista que se instala na periferia por meio de um

conjunto de práticas representacionais que participam da produção de visões de mundo que 1) dividem os componentes do mundo em unidades isoladas; 2) desagregam suas histórias de relacionamento; 3) convertem a diferença em hierarquia; 4) naturalizam essas representações; e 5) intervêm, mesmo inconscientemente, na reprodução das atuais relações assimétricas de poder. (CORONIL, 2000, p. 89-90, tradução da autora).

Enquanto as veias da América Latina continuam abertas sob o pretexto de um desenvolvimento sustentável ordenado por organismos internacionais, perpetua-se a exploração dos recursos naturais. O que iniciou com o extrativismo predatório do pau-brasil passa pela apoderação dos minérios, pela exploração dos canaviais e

cafezais, pelo sugar implacável da borracha nos seringais e chega ao petróleo - mesmo que em menor escala -, até culminar na soja transgênica e nos bosques simulados de celulose (GALEANO, 2013; ESTEVA, 1996).

A ampliação da exploração e do empobrecimento dos países periféricos é resultado da lógica perversa e destrutiva do capital. Recorrendo à Mészáros (2011, p. 527):

É neste contexto que considerações críticas da ecologia se transformam em uma parte vitalmente necessária da teoria marxista. Naturalmente, nossa abordagem deve ser estruturalmente diferente se comparada com a preocupação liberal/burguesa com tais questões.

Para além das problemáticas enunciadas por Mészáros, não é de ignorar que são explorados nossos canaviais e milharais para alimentarem os carros enquanto pessoas são condenadas à fome. Isso porque a monocultura é uma verdadeira prisão fortificada pelo capitalismo que privilegia a adoção de técnicas, como a transgenia, cujas consequências permanecem duvidosas.

Os preços dos alimentos sobem e enchem as reservas de capital dos latifundiários enquanto a fome assola populações, sobretudo as originárias e historicamente marginalizadas. De modo distinto e na contramão da lógica produtivista capitalista, a agrobiodiversidade como uma prática libertadora do campo que garante a fartura, há comunidades que contribuem com a continuidade dos ecossistemas e da vida no planeta.

O acirramento do avanço do capitalismo e a colonialidade impelem a agricultura brasileira a propriedades monocultoras, voltadas à exportação por meio da utilização de um predatório padrão tecnológico, como a transgenia, que concebe germoplasmas estéreis em detrimento da utilização de sementes cujo manejo foi desenvolvido por comunidades tradicionais - tais quais as indígenas, quilombolas, ribeirinhos, caboclos entre outras - por isto recebem o nome de crioulas ou nativas¹⁰. Preservam hábitos ancestrais, promovem a soberania e a segurança alimentar e nutricional.

A negação dos modos de produção dos povos originários e suas possíveis contribuições constituem-se em uma nítida ressignificação do processo de aculturação forjado pela colonialidade. Assim, torna-se imperioso o desvelar das particularidades da formação histórica brasileira e das manifestações da questão social, com ênfase na questão ambiental, e suas implicações na economia, política e cultura. Uma vez que as marcas históricas persistem em suas atualizações, “o novo surge pela mediação do passado, transformado e recriado em novas formas nos processos sociais do presente” (IAMAMOTO, 2015, p. 128).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ecologia política, mesmo que propulsora de políticas socialmente mais justas e da distribuição mais equitativa das riquezas, deve transpor a importância da natureza para a existência humana. Defender a compatibilidade das forças produtivas com a capacidade de suporte e regeneração do ambiente é se limitar a um ponto de visão antropocêntrica.

Ao debate sobre a questão ambiental que ganha destaque desde os anos 1960, buscando conciliar o capitalismo com a preservação ambiental, a partir da entrada do século 21, somam-se organismos internacionais com as agendas globais¹¹. Iniciativas públicas, institucionais e privadas têm direcionado holofotes às comunidades originárias e suas formas de vida, mediando e “midiando”¹² suas resistências, mesmo que algumas vezes o resultado destas exposições seja, no porvir, as invisibilizar ainda mais.

Considerando que a equidade é imprescindível para a inclusão, a produção de pensamento contracolonial¹³ fortalece as reflexões para ações urgentes rumo a alternativas ecológicas sejam decoloniais ou anticoloniais mas que respondam às urgentes pautas reivindicadas pelas pessoas latinoamericanas, sobretudo aquelas mais vulnerabilizadas, empobrecidas e carentes. A voz não pode ser tomada. Há urgência de acelerar a toada de ações políticas que orchestrem a melhoria de vidas de todas as pessoas, principalmente das que mais precisam, sem tutelá-las.

É crucial reconhecer que o atual modelo de desenvolvimento capitalista, baseado na exploração desenfreada dos recursos naturais e na subjugação da força de trabalho, sobretudo de populações e territórios historicamente subordinados, é estruturalmente incompatível com a continuidade das condições ecológicas da vida. A crise ambiental e social vivenciada contemporaneamente não constitui fenômeno externo ao sistema, mas expressão de suas próprias determinações, nas quais as forças produtivas e as relações sociais de produção aprofundam a ruptura subjetiva do metabolismo humanidade-natureza. Por isso, enfrentar a crise requer não apenas ajustes tecnológicos ou medidas de conservação,

mas transformações nas relações sociais, econômicas, territoriais e epistemológicas que sustentam a apropriação desigual da natureza.

Uma ecologia política afiançada no bem viver não deve se limitar a meros discursos sobre direitos da natureza, mas sim orientar a materialização de estratégias sociopolíticas que promovam interações entre comunidades e natureza, para que sejam uma só força produtiva. A valorização das diversas cosmovisões e o respeito aos saberes originários são componentes essenciais desse processo tão necessário de ancestralizar novas formas de vida e contrapor a ofensiva neoconservadora que ameaça a vida no planeta.

A conscientização acerca da urgência das mudanças estruturais deve permear as diversas tramas do tecido social e subsidiar ações que nos distancie das crises de práxis. A resistência ao avanço do capitalismo desprovido de ética socioambiental, a busca por alternativas ecológicas de produção e a promoção de uma economia biocêntrica são passos importantes na consolidação de pensamentos e iniciativas políticas que possam de fato contribuir na regeneração do metabolismo humanidade-natureza e não autoexterminá-lo.

Por fim, a transformação do atual cenário-catástrofe demanda não apenas ações individuais, mas mobilização coletiva e ressignificação das forças produtivas. A colaboração entre diferentes setores, a superação de barreiras ideológicas e o reconhecimento da pluralidade de saberes e modos de existência são tarefas centrais para a construção de alternativas. Mais do que compatibilizar o desenvolvimento com os limites ambientais, trata-se de questionar a própria racionalidade que transforma natureza, trabalho e territórios em objetos de valorização. Nesse horizonte, uma ecologia política

articulada ao bem viver, aos direitos da natureza e a perspectivas decoloniais e contracoloniais pode contribuir para a reconstrução do metabolismo humanidade-natureza como unidade material, histórica e diversa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACOSTA, Alberto. O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária, Editora Elefante, 2016.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: 1988.

CMMAD (1991). Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento: Nosso Futuro Comum (2ª Ed.). Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas (430 p.).

CORONIL, Fernando. “Naturaleza del poscolonialismo: del eurocentrismo al globocentrismo”. LANDER, Edgardo (org.) **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales – perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, 2000.

ENGELS, Friedrich. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. São Paulo: Boitempo, 2019.

ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In: SACHS, Wolfgang (ed.). Dicionário do desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 59-83.

FIOCRUZ. Estratégia Fiocruz para a agenda 2030. Disponível em https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/estrategia_fiocruz.pdf. Acesso em: 16 nov. 2019.

FOLADORI, Guillermo. Limites do desenvolvimento sustentável. São Paulo: Editora da Unicamp/Imprensa Oficial, 2001.

FOLADORI, Guillermo. Uma Tipologia del Pelsamiento ambientalista. In: **Sustentabilidad? Desacuerdos sobre el desarrollo sustentable**. Guillermo Foladore y Naína Pierri (Org). Universidade Autônoma de Zacatecas, Miguel Angel Porrúa, México, 2005.

FOSTER, John Bellamy. A ecologia da economia política marxista . In: **Lutas Sociais, Revista do Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais** (NEILS) São Paulo: n.28, p.87-104, 1o sem. 2012.

GALEANO, Eduardo. As veias abertas da América Latina. Tradução Sérgio Faraco. Porto Alegre: Editora L&M Pocket, 2013.

GUDYNAS, Eduardo. Direitos da natureza: ética biocêntrica e políticas ambientais. Cidade: Elefante, 2019.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez Editora, 2015.

LANDER, Edgardo. Marxismo, eurocentrismo y colonialismo. In: BORON, Atilio; AMADEO, Javier; GONZÁLEZ, Sabrina (org.). **“La teoría marxista hoy: problemas y perspectivas”**. Buenos Aires: Clacso, 2006.

LÖWY, Michael. Cenários do pior e alternativa ecosocialista. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 104, p. 681-694, out./dez. 2010.

LUKÁCS, Georg. Para uma ontologia do ser social. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. Contribuição à crítica da economia política. Introdução e tradução Florestan Fernandes. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, Karl. O capital. Crítica da Economia Política – Livro I. O processo de produção do Capital. Tradução Rubens Enderli. São Paulo: Boitempo, 2015.

MARX, Karl. O capital. Crítica da economia política – Livro III. O processo global da produção capitalista. Tradução Rubens Enderli. São Paulo: Boitempo, 2017.

MÉSZÁROS, István. Para além do capital: rumo a uma teoria da transição. Tradução Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2011.

ONU. Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 10 de dezembro de 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 20 jun. 2024.

ONU. Organização das Nações Unidas. Nosso futuro comum: comissão mundial sobre meio ambiente e desenvolvimento. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

QUIJANO, Aníbal. Coloniality of power and Eurocentrism in Latin America. International Sociology, v. 15, n. 2, p. 215-232, 2000.

SANTOS, Antônio Bispo dos. A terra dá, a terra quer. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023.

SANTOS, Antonio Bispo. Somos da terra. PISEAGRAMA, Belo Horizonte, número 12, página 44 - 51, 2018. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5120556/mod_resource/content/1/BISPO-DOS-SANTOS_Somos%20da%20terra%20-%20Piseagrama.pdf

SILVA, Maria das Graças e. Questão ambiental e desenvolvimento sustentável: um desafio ético-político ao serviço social. São Paulo: Editora Cortez, 2010.

WALSH, Catherine. Interculturalidad, Estado, sociedad: luchas (de)coloniales de nuestra época. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar; Abya-Yala, 2009.

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos da Universidade Federal de Goiás (UFG), bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás). Bacharel em Serviço Social pela Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO). Atualmente, Assistente Social na Equipe Multiprofissional (eMulti) da Secretaria Municipal de Saúde de Goiás (GO) e na equipe de apoio psicossocial do CPOP/Rede Nacional de Cursinhos Populares do Instituto Federal de Goiás (IFG), Campus Cidade de Goiás. Desenvolve pesquisas interdisciplinares relacionadas ao Serviço Social, direitos humanos, questão ambiental, trabalho, políticas públicas, decolonialidade e contracolonialidade, com ênfase nas epistemologias insurgentes latino-americanas e nas intersecções entre raça, etnia, gênero, classe

e território. Foi pesquisadora convidada no Instituto de Investigaciones Dr. José María Luis Mora, na Cidade do México, durante o período sanduíche do doutorado, em 2024. É integrante do Grupo Interdisciplinar Direitos Humanos na Periferia do Capitalismo, vinculado à Universidade Federal de Goiás. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6676-8173>

² Doutora em Educação pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Mestre em Educação Brasileira pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Bacharel em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás). Atualmente, membro do corpo docente do Curso de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Serviço Social (PPGSS) da PUC Goiás, líder do Grupo de Pesquisa registrado no CNPQ “Ontologia Marxiana, Trabalho, Educação, Estado e Luta de Classe”, vinculado à Linha de pesquisa Teoria social e serviço social do PPGSS. Os projetos de pesquisa coordenado pela docente intitulam-se “Consciência e alienação: um estudo sobre os movimentos sociais e as manifestações populares” e “Direitos Humanos e Expressões da Violência”. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1639-9581>

³ É por meio do trabalho que a matéria bruta ou da natureza é transformada em objetos ou bens para o consumo.

⁴ Utilizamos o termo “humanidade” mesmo que a discussão travada por Marx se refira à natureza humana tendo o homem como seu representativo, pela consciência de que a mulher é tão “trabalhadora” quanto o homem, no sentido ontológico, ainda sim, em virtude do posicionamento de utilizar a linguagem como elemento de inclusão de gênero.

⁵ Aquelas que resistem às intempéries da aculturação ou aos padrões de homogeneização das pessoas, remanescentes ou não de comunidades originárias.

⁶ Também tratada por estudiosos do tema como “questão ecológica” ou como “crise ambiental ou ecológica”.

⁷ O colonialismo diz respeito a uma “relação de dominação direta, política, social e cultural dos europeus sobre os conquistados de todos os continentes.” [Ainda que o] “colonialismo, no sentido de uma dominação política formal de algumas sociedades sobre outras, parece assunto do passado” QUIJANO, 1997, p. 437).

⁸ “O eurocentrismo é aqui entendido, sinteticamente, como a naturalização da sociedade liberal europeia, a única possível ou desejável” (LANDER, 2000, p. 12).

⁹ No século passado, o Brasil, por quase cinco décadas, foi um dos países que mais rápido conseguiu expandir sua economia, embora desprovido de resultados consideráveis no âmbito social (POCHMANN, 2004).

¹⁰ Sementes crioulas ou nativas não sofreram modificações genéticas por meio de técnicas, como de melhoramento genético. Também pode se referir a tubérculos, como batata, cará, mandioca, entre outros alimentos conhecidos.

¹¹ Aqui há a referência aos Objetivos do Milênio e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (Agenda 2030) programas promovidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 2000 e 2015, respectivamente (FIOCRUZ, 2016; CMMAD, 1991).

¹² Promovendo a circulação em mídias diversas.

¹³ A referência e reverência aqui é ao Mestre Antônio Bispo que pontua incisivamente a defesa do contracolonial ser o genuinamente originário, atribuído à diversidade sociocultural que o abriga (SANTOS, 2018; 2024), contracolonizar requer o movimento de as pessoas não originárias ouvirem, aprenderem mais com as pessoas talhadas pela ancestralidade, acessar sua própria.